



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 01, 2015 / jan-jun 2017, ISSN 1414-0810

Protagonismo, Precarização e Regulação como referências para análise das Políticas e Práticas em Educação do Campo

Protagonism, Precarisation and Regulation as references for analysis of Policies and Field Education Practices

Salomão Antônio Mufarrej Hage, Doutor em Educação, Universidade Federal do Pará, salomao_haje@yahoo.com.br

Carlos Renilton Cruz, Doutor em Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, renilton@ufpa.br

Resumo

O artigo apresenta uma discussão sobre políticas e práticas em educação do campo, estabelecendo como campo de estudos o *Movimento Paraense por uma Educação do Campo* e suas estratégias de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de desenvolvimento e de educação. Ele foi construído a partir dos resultados de uma pesquisa que estabeleceu três referências como indicadores para a análise da relação que se estabelece entre os movimentos sociais do campo, o Estado, e as universidades. São eles: o **protagonismo** das populações do campo para inserir na agenda do poder público a educação nos territórios do campo e definir os marcos legais para essa ação; a precarização da vida, do trabalho e das condições de funcionamento das escolas do campo; e a regulação que se institui na relação das populações e movimentos sociais do campo com o Estado e as universidades por ocasião da oferta dos programas educacionais, que resulta na restrição da autonomia dos sujeitos do campo e da universidade na gestão desses programas educacionais.

Palavras-Chaves

Educação do Campo; Movimentos Sociais; Políticas Educacionais; Educação na Amazônia.

Abstract

The article presents a discussion about policies and practices in rural education, establishing as field of studies the Paraense Movement for a Field Education and their strategies of organization and mobilization by the construction of a popular project of development and education. It was constructed from the results of a research that established three references as indicators for the analysis of the relationship established between the social movements of the field, the state, and the universities. They are: the protagonism of the rural population to include in the agenda of the public power the education in the territories of the field and define the legal frameworks for this action; the precariousness of the life, the work and the working conditions of the rural schools; and the regulation that is established in the relation of the populations and social movements of the field with the State and the universities on the occasion of the educational programs offer, that results in the restriction of the autonomy of the field subjects and the university in these educational programs management.

Keywords

Field Education; Social Movements; Educational Policies; Education in the Amazon.

Introduzindo a discussão

Para realizar uma discussão e análise acerca das políticas e práticas em educação do campo na atualidade, consideramos necessário abordar três referências que se apresentam como indicadores para a compreensão da relação que se estabelece entre as populações do campo e os movimentos sociais que as representam, o Estado, mediado pelas representações governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, as universidades e demais instituições públicas que atuam na dimensão da pesquisa e produção do conhecimento, do ensino e formação de professores, e da extensão, envolvendo múltiplas ações de comunicação de tecnologias e inovações aos sujeitos e comunidades do campo.

A primeira refere-se ao protagonismo que as populações do campo, através de seus movimentos e organizações têm efetivado para inserir na agenda do poder público a educação nos territórios do campo e, ao mesmo tempo, definir um conjunto de referências legais para orientar a ação educativa nesses territórios. A segunda envolve a **precarização** da vida, do trabalho e das condições de infraestrutura das escolas do campo, resultando no *déficit* de atendimento em quase todos os níveis e modalidades de ensino, assim como no fracasso escolar, em face das condições adversas em que o ensino que tem sido ofertado às populações do campo ao longo da história de nosso país. A terceira referência diz respeito ao processo de **regulação** que se institui na relação das populações e movimentos sociais do campo com o Estado e as universidades por ocasião da oferta dos programas educacionais, assumindo o ente público uma postura burocrática, de centralização das decisões e descentralização das ações, que resulta na restrição da autonomia dos sujeitos do campo na condução da gestão desses programas educacionais.

O Protagonismo dos Movimentos Sociais e a afirmação da Educação do Campo como Política Pública

Os movimentos sociais populares do campo, nas décadas mais recentes, têm participado ativamente das disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da produção familiar e a garantia do direito à vida com dignidade; e nesse cenário vêm se constituindo enquanto sujeito de direitos e de produção de novas formas de sociabilidade, entre os quais se encontra o direito à educação.

Nessa caminhada de mobilização, a *Articulação Nacional Por uma Educação do Campo* assumiu inicialmente um papel destacado para evitar que fossem reeditadas as políticas de manutenção precária das escolas rurais de cunho assistencialista, compensatório e compassivo, que reforçam o atraso e o abandono secular da educação dos povos que vivem da agricultura, do extrativismo e do trabalho do campo. (II CNEC, 2004).

Essa articulação, no final da década de 90, reunia movimentos e organizações sociais populares do campo, universidades, organizações da sociedade civil, órgãos do poder público e instituições internacionais, que compartilham princípios, valores e concepções político-pedagógicas, e se articulam para reivindicar políticas públicas de educação e desenvolvimento com qualidade social para as populações do campo, aqui entendidas como: agricultores familiares, assentados, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores.

A primeira e a segunda Conferência Nacional de Educação do Campo, ocorridas em 1998 e 2004 em Luziânia/GO, constituíram-se em marcos históricos dessa articulação nacional no processo de afirmar o direito das populações do campo à educação, ao reivindicar que a educação do campo fosse assumida como política pública; que os órgãos públicos

responsáveis pela educação se façam mais presentes reconhecendo a dívida social, cultural e educativa que tem para com os sujeitos que vivem no campo e na floresta; e que seja reconhecida a especificidade desses povos e de suas formas de viver e de ser, de se formar, socializar-se, aprender, de produzir e relacionar-se com o conhecimento, com as ciências e as tecnologias, com os valores e com a cultura. (Ibid., 2004)

A partir de agosto de 2010, os movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades e institutos federais de educação criaram o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), com autonomia para debater com o poder público sobre as proposições voltadas para implantação/fortalecimento e consolidação de políticas públicas de educação, a partir das especificidades, diversidades e questões da educação do campo.

O FONEC intenciona garantir que as políticas públicas a serem efetivadas sejam estratégicas para a construção de um projeto contra-hegemônico de campo, ao contribuir para a melhoria da educação no meio rural e superação do processo histórico de desigualdade educacional a que estão submetidas suas populações, refletidas nos dados educacionais e de políticas públicas inadequadas ou ausentes. (FONEC, 2010, p.1)

No contexto em que uma nova gestão assume o Governo Federal, em 2011, o Fórum Nacional de Educação do Campo se apresenta enquanto canal de comunicação entre os movimentos sociais do campo e a esfera governamental, com a possibilidade de estabelecer interlocução com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, que passa a ser incorporada na Estrutura Regimental do Ministério da Educação, através do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, reunindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e a Secretaria de Educação Especial, existentes no Ministério da Educação no período do governo Lula.

Em seu pouco tempo de existência e com as suas produções, o FONEC tem primado pelo exercício da crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas em educação do campo, bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, consolidação e elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo (FONEC, 2010, 1) ¹.

Na Amazônia paraense, articulando-se a essa mesma dinâmica, os movimentos sociais representativos das populações do campo, entre eles, o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*, a *Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI)*, a *Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará (ARCAFAR/PA)*, o *Movimento dos Ribeirinhos e Várzeas da Abaetetuba (MORIVA)*, vêm demarcando o seu espaço de militância, com vistas a impactar na estrutura agrária local e no questionamento do uso do território e dos recursos naturais de forma predatória, reivindicando um novo jeito de olhar e produzir a existência, a cultura, a educação e a relação com a natureza.

Esses mesmos sujeitos coletivos ajudam a entrelaçar e fortalecer os fios da rede que vem sendo formada através do *Movimento Paraense por uma Educação do Campo*, que tem no *Fórum Paraense de Educação do Campo* sua expressão mais significativa de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de desenvolvimento e de educação.

O *Fórum Paraense de Educação do Campo* aglutina movimentos sociais, entidades da sociedade civil, universidades e instituições governamentais da sociedade paraense que, compartilhando princípios, buscam implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias e experiências de Educação do Campo e desenvolvimento rural com qualidade sócio-ambiental para todos os cidadãos paraenses, sobretudo para as populações do campo (FPEC, 2004).

¹ No Portal da Educação do Campo do Pará <www.educampoparaense.org> podem ser encontradas as produções do FONEC, que apresentam reflexões sobre as políticas e programas que tem sido efetivados sobre Educação do Campo no país.

Entre os marcos importantes da caminhada do Fórum são destaques: o *I, II, III e IV Seminário Estadual de Educação do Campo e o I e o II Seminário Estadual de Juventude do Campo, realizados entre 2004 a 2010*; o *I e o II Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do estado do Pará*, realizados em 2008 e 2010 na Amazônia paraense; o *I Seminário Estadual das Licenciaturas em Educação do Campo do Pará e Amapá e III Encontro de Pesquisa em Educação do Campo*, realizados em 2012; assim como os *Tapiris Pedagógicos*² e as *plenárias*³ realizadas pelo FPEC, onde se reflete sobre questões específicas demandadas pelos seus integrantes.

Esses eventos têm mobilizado um número cada vez mais abrangente de sujeitos, instituições públicas, movimentos sociais e entidades não governamentais nos processos de definição e implementação de políticas e práticas educacionais sintonizadas com a realidade do campo, constituindo-se em espaços onde circulam depoimentos, insatisfações, aspirações e reivindicações com relação à educação que queremos que seja assegurada nas escolas do campo.

O trecho do Manifesto do III Seminário Estadual de Educação e I Seminário Estadual de Juventude do Campo, da Floresta e das Águas da Amazônia paraense, realizados entre os dias 13 e 17 de junho de 2007, é ilustrativo da significância desses eventos:

Somos homens e mulheres do campo, das águas e da floresta da Amazônia paraense (agricultores/as, assentados/as, ribeirinhos/as, pescadores/as, seringueiros, indígenas, quilombolas), educadores/as e gestores/as das Redes Estadual e Municipais de Ensino, de Escolas Públicas, Movimentos Sociais e Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA's – CFR e EFA); Educandos do PRONERA, do Programa Saberes da Terra e do Programa Jovem Saber, Docentes-pesquisadores e estudantes (graduação e pós-graduação) de Universidades Públicas; representantes de Movimentos Sociais, Sindicais e Comunitários; Instituições de Pesquisa, Entidades da Sociedade Civil, Dirigentes de Secretarias Municipais e Estadual de Educação, de Associações de Municípios, do Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, de órgãos de desenvolvimento rural (EMATER, SAGRI) e outros órgãos de gestão pública com atuação na educação e no desenvolvimento do campo.

Somos sujeitos que lutam e enfrentam desafios nesse estado da Amazônia brasileira, comprometidos com a ruptura da lógica perversa de

2 O “Tapiri Pedagógico” é uma das atividades organizadas pelo Fórum Paraense de Educação do Campo, que tem como objetivo propiciar diálogo entre a comunidade acadêmica, representantes do Poder Público, como Secretarias municipais de Educação, professores, lideranças locais, estudantes e Movimentos Sociais, sobre questões/demandas por políticas sociais, seus reflexos na legislação e contextos do ensino dos Povos do Campo, Águas e Floresta. Ele se realiza semestralmente, envolvendo mesas redondas, relatos de experiências, apresentações de trabalhos, em meio a atividades culturais realizadas pelas populações do campo, possibilitando a inter-relação entre universidade, escola e sociedade amazônica.

3 As plenárias do FPEC constituem um espaço importante em que se reúnem seus integrantes individuais e institucionais, parceiros e convidados para tratar de diversas temáticas, como: a realidade do ensino médio modular ofertado aos jovens do campo, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no PROCAMPO, diálogos com o INCRA sobre o PRONERA, reuniões com a Coordenação Geral da Educação do Campo do MEC, entre outras.

exploração e expropriação das riquezas naturais, sociais e culturais da região, que historicamente têm atendido aos interesses de grupos econômicos minoritários e gerado benefícios alheios às necessidades e aspirações das populações amazônicas.

Somos sujeitos que têm desencadeado múltiplos processos reivindicatórios pela garantia dos direitos humanos, convictos de que o acesso à terra, trabalho, justiça, saúde, educação, água, crédito diferenciado, estrada, luz, preservação ambiental, entre outros bens, é determinante para a qualidade de vida e dignidade dos sujeitos do campo. As Marchas, os Gritos da Terra, as ocupações de terra e de estradas, as manifestações populares são evidências inequívocas do vigor da luta dos movimentos sociais.

Somos sujeitos que lutam por um projeto de nação e de desenvolvimento do campo comprometidos com a sustentabilidade presente e com as gerações futuras, em que a justiça ambiental se hegemonize e que os modos de existir e produzir dos camponeses sejam imperativos desse projeto. Lutamos por um campo que seja espaço de produção econômica e sociocultural, em que suas populações vivam com dignidade e tenham na cidade um espaço de interação, e não de dependência ou subordinação. Lutamos por um projeto de desenvolvimento rural referenciado pela perspectiva sustentável e territorial (FPEC, 2007).

No período mais recente o protagonismo dos movimentos e a necessidade de atuação em todo o território paraense têm motivado os atores que constituem e participam do Fórum Paraense a criar fóruns regionais de modo a interiorizar o Movimento da Educação do Campo nas regiões de integração do estado do Pará, aproximando o processo de mobilização e organização dos movimentos, organizações, instituições, grupos e sujeitos do campo do espaço local, de modo a fortalecer o alcance nos territórios do campo da Amazônia paraense.

Resultado desse processo, o Movimento Paraense por uma Educação do Campo na atualidade, tem sido constituído pelo Fórum Paraense de Educação do Campo e pelos seguintes Fóruns regionais: Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará, Fórum Regional de Educação do Campo da Região Tocantina, Fórum Regional de Educação do Campo da Região do Baixo Tocantins e Fórum Regional de Educação do Campo da Região do Nordeste Paraense[4].

Diretamente ligado a esses Fóruns, existe um conjunto ampliado de coletivos que se articulam para a constituição do Movimento por uma Educação do Campo, em que se incluem: movimentos e organizações sociais populares do campo, instituições, programas e ações governamentais, universidades, grupos de pesquisa e de eventos de caráter político, cultural e acadêmico.

O Portal da Educação do Campo do Pará (<http://educampoparaense.eform.net.br/site/>) e a lista de e-mails coletiva do Fórum Paraense <portaleducampoparaense@gmail.com> têm se constituído enquanto estratégias da política de comunicação do Movimento, que tem fortalecido seu poder de mobilização e intervenção, legitimando o Movimento Paraense por uma Educação do Campo como um canal de participação e de controle social das políticas e

4 De forma ainda pouco expressiva teve início a criação dos Fóruns Municipais de Educação do Campo. Até o presente momento encontram-se instalados o Fórum Municipal de Educação dos municípios de Cameté e Mocajuba, ambos vinculados ao Fórum Regional da Educação do Campo do Baixo Tocantins.

ações de educação do campo no estado do Pará. Ao todo existem 2.816 e-mails vinculados à lista de e-mails coletivos do FPEC, os quais recebem continuamente as informações e notícias referentes ao Movimento de Educação do Campo no Brasil e no estado do Pará e participam da ampla rede social liderada pelo FPEC.

Esse esforço coletivo tem contribuído para ampliar o reconhecimento da Educação do Campo enquanto política pública e se materializa na efetivação de programas e ações que viabilizam a garantia do direito à educação e à escola com o protagonismo das populações e sujeitos que vivem no campo. Como exemplo, o **Programa Projovem Campo** destina-se a agricultores de 18 a 29 anos que não tenham concluído o ensino fundamental, utilizando a formação em regime de alternância para certificá-los no ensino fundamental com qualificação em agricultura familiar; o **PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo** oferece graduação a professores das escolas rurais que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio; o Programa Escola da Terra responsabiliza-se pela formação dos professores que atuam nas escolas multisseriadas do campo e quilombola, as quais atendem em uma mesma sala de aula estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental; e o **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** que oferece educação escolar aos jovens e adultos das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA, em todos os níveis de ensino.

Esses programas têm sido desenvolvidos no Brasil e na Amazônia paraense através da aproximação entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, as universidades e as organizações e movimentos sociais populares do campo, assumindo o desafio de pautar as questões referentes a uma abordagem territorial nas políticas públicas que chegam até as escolas do campo.

Esse fato fundamenta-se no reconhecimento de que a educação do campo deve ser pensada e colocada em prática possuindo um vínculo estreito com as singularidades próprias dos territórios aos quais se destina, mas sem fragmentação, ou seja, percebendo o território amazônico em relação com os demais territórios do Brasil e do mundo e analisando seus aspectos ecológicos, econômicos, políticos e culturais de forma relacional. (FERNANDES, 1999)

Contudo, um dos grandes desafios que se apresenta ao Movimento paraense por uma Educação do Campo continua sendo uma intervenção mais efetiva nas redes públicas de ensino, uma vez que são elas as responsáveis pelo atendimento da escolarização dos sujeitos do campo nos vários níveis e modalidades de ensino na Educação Básica.

Precarização como referência para análise das políticas de Educação do Campo

Ainda que reconheçamos muitos avanços em termos das políticas educacionais para o campo que se evidenciam na expansão e em mudanças quanto ao atendimento nos diversos níveis de ensino; estamos muito distantes de assegurar a universalização da Educação Básica aos sujeitos do campo, bem como de superar o quadro de acentuada desigualdade educacional, marcado por uma situação ainda precária em relação à permanência e à aprendizagem dos estudantes nas escolas do campo.

Os estudos que temos desenvolvidos no âmbito de nosso Grupo de Pesquisa revelam que do total de 29.830.007 de pessoas que vivem no campo em nosso país (IBGE, 2010), somente 21% acessam a escola, uma vez que existem 6,3 milhões de matrículas nas escolas do meio rural, segundo o Censo Escolar do INEP (2011).

Os dados do INEP desse mesmo ano indicam que somente 6,98% das crianças do campo têm acesso à creche e que apenas 66,80% têm acesso à pré-escola. No Ensino Fundamental, a

matrícula atinge 91,96% da população entre 6 e 14 anos, no entanto, é importante esclarecer que grande parte desse contingente é atendido nos anos iniciais do Ensino Fundamental, através das escolas unidocentes, que são multisseriadas e enfrentam problemas muito sérios relacionados às precárias condições de infraestrutura e funcionamento.

Segundo dados do próprio MEC, existem atualmente 48.875 escolas multisseriadas no Brasil, as quais representam 56,45% das escolas do meio rural. Nelas atuam 70 mil docentes e estudam 1,3 milhão de estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas escolas se constituem geralmente na única alternativa para esses sujeitos estudarem nas comunidades em que vivem, encontrando-se expostos a um conjunto de situações que não favorecem o sucesso e a continuidade dos estudos desses sujeitos no campo, evidenciando inclusive, o descumprimento da legislação vigente que já indica parâmetros de qualidade a ser alcançada na Educação Básica nas escolas do campo.

Essa afirmação pode ser constatada a partir dos estudos do Observatório da Equidade – As Desigualdades na Escolarização do Brasil (2009, p. 32) – que revelam que para cada duas vagas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, existe uma vaga nos anos finais; e para cada seis vagas nos anos finais do Ensino Fundamental, existe apenas uma vaga no Ensino Médio, o que demonstra quão desigual e excludente continua sendo o processo de escolarização em relação aos seguimentos empobrecidos e populares do campo em nosso país; dando sentido à afirmação de Arroyo: “quando a terra, o território e as formas de produção encontram-se ameaçados, são ameaçadas também a identidade dos sujeitos: a produção da infância, da adolescência e da juventude; a ESCOLA também é ameaçada”. No entendimento desse autor, em razão dessa situação, “a escola do campo tem como desafio justamente trabalhar com configurações de infância, adolescência e juventude não legitimadas e ameaçadas” (ARROYO, 2006, p. 107).

As estatísticas com relação ao atendimento da população rural no Ensino Médio no país (18,43%) também reforçam a situação de exclusão que caracteriza o atendimento educacional no meio rural, e no caso do estado do Pará, a situação é ainda muito peculiar, à medida que o atendimento a essa etapa da Educação Básica majoritariamente ocorre através do Sistema Modular, onde os professores se deslocam periodicamente para ministrar as disciplinas de forma concentrada, atingindo 96 municípios dos 144 existentes no estado, e um total de 30.000 estudantes, que estudam em turmas isoladas, com precária infraestrutura, funcionando em 465 comunidades rurais.

No caso da Educação de Jovens e Adultos, a situação chega a ser alarmante à medida que o atendimento é irrisório no campo, tanto no Ensino Fundamental (4,34%), quanto no Ensino Médio (3,10%). (INEP, 2011)

Quanto à formação dos professores o quadro é igualmente preocupante. Dados do Censo Escolar do INEP de 2011 indicam que dos 342.845 professores que atuam no campo no Brasil, quase a metade, 160.317, não possui educação superior (46,7%), e destes, 156.190 possuem o Ensino Médio (97,4%), e 4.127 possuem apenas o Ensino Fundamental (2,6%). Quando associamos essa situação ao fato de que, esses educadores desenvolvem suas atividades letivas em condições pouco adequadas ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem, em que, das 76.229 escolas existente no campo, 68.651 não acessa internet (90,1%), 11.413 não possui energia elétrica (15%), 7.950 não possui água potável (10,4%), e 11.214 não possui esgoto sanitário (14,7%); compreendemos como se configura de fato, a precarização do ensino, associada à precarização da vida no meio rural brasileiro.

O processo de Regulação e suas implicações para análise de políticas e práticas educacionais efetivadas no campo

O conceito de regulação é marcado por uma diversificada gama de definições assentadas não só no campo científico de origem dos autores que dela fazem uso, como também pelo contexto linguístico no qual está imenso. Não é propósito deste artigo inventariar e confrontar os variados significados que o termo regulação carrega, mas tão somente buscar compreender, a partir de interpretações mais correntes sobre esta expressão, as relações que atualmente conformam as políticas públicas educacionais destinadas aos sujeitos do campo.

Na compreensão de Barroso (2005), a regulação constitui um processo que integra os sistemas cuja tarefa mais importante é garantir o equilíbrio e a coerência dos mesmos, mas também a sua transformação. Em sistemas sociais complexos, como os educacionais, graças à pluralidade dos agentes envolvidos com diferentes interesses, posições e estratégias utilizadas, ganha relevo a existência de diferentes fontes, finalidades e modalidades de regulação.

Para esse autor “a regulação do sistema educativo não é um processo único, automático e previsível”, capaz de estabelecer um direcionamento direto no sentido da aplicação de uma regra pelos regulados, é antes um processo complexo que se aproxima mais de uma “regulação das regulações”. Isso significa dizer que nos sistemas públicos de educação, o Estado, embora seja fonte imprescindível de regulação, não é exclusivo nessa tarefa, e, frequentemente, não aparece como a mais importante para os resultados alcançados, uma vez que o sistema educacional funciona a partir de múltiplas regulações, oriundas da atuação de diferentes agentes com posições não raro contraditórias, fato que impõe certa imprevisibilidade quanto às consequências da ação reguladora do Estado (BAROSO, 2005, p. 734).

Para Maroy (2011, p. 22) “[...] num conjunto social, as regras do jogo e a regulação efetiva são construídas, simultaneamente, por ‘baixo’. As regras do jogo são construídas em situação pelos atores, para resolver problemas de coordenação e de orientação nos sistemas de ação organizados”. No mesmo sentido, Oliveira (2011) também percebe a regulação como um processo que mobiliza diversos atores dispostos a disputarem, em patamares distintos, a condução e os efeitos da ação pública, de modo a contemplarem seus interesses. Em suas palavras:

A teoria da regulação constitui uma fonte para analisar a ação pública, pois considera que outros dispositivos além do Estado contribuem para ordenar a sociedade. A regra definida do alto não é exatamente lei, no sentido de que será exatamente cumprida. Pode existir um universo de práticas entre os executantes que pressupõe modos de fazer que não são codificados previamente, de ter condutas que não são conformadas de antemão e que podem mesmo mudar os procedimentos. As negociações não se limitam às arenas instituídas, envolvendo instâncias intermediárias e de base, sem necessariamente seguir as normas formais. As regras formais constituem o quadro de possibilidade de movimento de cada ator, como se cada um procurasse satisfazer seus interesses sem colidir diretamente com os interesses dos seus parceiros (OLIVEIRA, 2011 p. 86).

Nos últimos anos, motivado por ares reformadores originados do ideário neoliberal, o Estado brasileiro põe em marcha um sistema de regulação onde prevalece a transferência para agentes institucionais locais ou organizações da sociedade civil a responsabilidade pela

execução de ações educacionais focalizadas, enquanto consolida sua postura avaliativa e concentradora dos fundos públicos. Tal postura pode ser nitidamente notada na exacerbação do discurso que mostra as avaliações nacionais como o ENEM, SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, ou internacionais como o PISA revestidos de um poder transformador imprescindível à renovação dos currículos, dos processos pedagógicos e das organizações de ensino que buscam elevar os níveis de qualidade de suas ações. A transferência de responsabilidades com a execução de ações educacionais a estados e municípios, universidades ou mesmo às escolas, revestida com o discurso da autonomia, denota, de fato, a busca por um controle do processo de criação das regras do jogo, cujos jogadores devem seguir para o bom funcionamento do sistema.

No âmbito das ações do Estado direcionadas à educação dos povos do campo, após um pequeno período de conquistas motivadas pela firme movimentação desencadeada desde meados dos anos 90 por sujeitos coletivos ligados aos trabalhadores e trabalhadoras do meio rural brasileiro, é possível perceber, mais recentemente, uma tendência de recuo em direção à “educação rural”, uma vez que a agricultura capitalista e as grandes empresas transnacionais que a circundam impõe ao Estado novas exigências quanto à formação do trabalhador que lhe será útil. Programas como o PRONATEC Campo, concebido pelo MEC em intenso diálogo com o SENAR, instituição ligada a CNA, caminham ao encontro dos interesses mercantis no campo (FONEC, 2012).

Nas “*Notas para análise do momento atual da Educação do Campo*”, divulgadas ao final do Seminário Nacional organizado pelo FONEC pode se visualizar a forma o PRONATEC Campo pode afetar os sujeitos do campo:

Talvez a maior armadilha do PRONATEC Campo, do ponto de vista do projeto da Educação do Campo, seja a ilusão dos trabalhadores de que estão sendo atendidos pela política pública e sendo formados para avançar no trabalho como agricultores. Trata-se de uma inclusão às avessas que acaba sendo mais uma ferramenta da construção de hegemonia da estratégia de sua destruição como camponeses. Não são os cursos um mal em si mesmo e nem pode o programa ser rechaçado em bloco. Entendemos que especialmente as brechas de inserção dos institutos federais em desafios de formação dos trabalhadores do campo, podem ser potencializadas na direção de outro paradigma de agricultura (FONEC, 2012).

O documento acima citado é pouco otimista na análise da conjuntura em que se desenrolam as ações do Estado para a educação da população do campo. Diante da ofensiva do agronegócio desde a primeira década do século XXI e da criminalização dos movimentos sociais como forma de diminuir sua influência no processo de construção de ações públicas que atendam aos interesses dos que vivem no campo, não será sem uma luta árdua que irá se resguardar as conquistas no campo da educação ocorridas nos últimos quinze anos.

Atualmente está em marcha o processo regulador voltado à institucionalização das práticas e princípios pedagógicos da Educação do Campo. Tais princípios foram forjados nas experiências dos movimentos sociais e incorporados no marco legal nacional tanto nas Resoluções CNE/CEB nº 01/2002 e nº 02/2008, que tratam de Diretrizes Operacionais e complementares para Educação Básica nas Escolas do Campo, e nº 04/2010, que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo,

como no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Diferentemente do que ocorre no âmbito do PRONERA, do PROJOVEM Saberes da Terra e do PROCAMPO, programas com significativa participação dos movimentos sociais desde a concepção até a sua execução, as ações voltadas a inserir as práticas e princípios da educação do campo no interior das redes públicas de ensino privilegiam os atores institucionais como agentes do processo. Governos municipais e estaduais são chamados pelo governo central a participar de ações educacionais voltadas à população do campo através de programas e projetos formatados no interior do PRONACAMPO, tais como: transporte escolar (PNAT), recurso direto na escola (PDDE Campo e PDDE Água), formação profissional (PRONATEC Campo), distribuição de livros didáticos voltados à realidade do campo (PNLD), educação em tempo integral (Mais Educação Campo), construção e reforma de estabelecimentos escolares.

As ações governamentais direcionadas à educação dos povos do campo continuam marcadas pela fragmentação, onde o desenvolvimento de programas e projetos de governo preponderam sobre as políticas de Estado. Entretanto, embora ainda tímida diante da precarização que marca a educação nos territórios rurais, a ação pública nesse campo sofre interferência por “baixo”, graças ao protagonismo dos movimentos sociais, setores universitários e sujeitos individuais, que reunidos em coletivos e fóruns de Educação do Campo imprimem suas marcas e suas identidades às políticas do Estado, interferindo no processo de regulação e demarcando posições contra-hegemônicas ancoradas nas práticas e reflexões paridas na Pedagogia do Movimento (ARROYO, 2003) e inscritas na materialidade de origem da Educação do Campo. Portanto, para continuar como uma prática pedagógica contra hegemônica, a Educação do Campo “precisa manter o vínculo e o protagonismo dos sujeitos coletivos organizados, ser parte da luta da classe trabalhadora do campo por um projeto de campo, sociedade e educação” (MOLINA, 2010, p. 139).

Nesse sentido, Caldart (2010), ao refletir sobre os desafios ligados à atuação dos movimentos sociais em relação à Educação do Campo, particularmente na relação destes com o Estado, argumenta que é imperiosa a manutenção do contraponto da Pedagogia do Movimento, através de uma ação política articulada e não fragmentada. Abrir mão desse contraponto configuraria um retrocesso histórico não só para a educação brasileira, mas para a própria classe trabalhadora, uma vez que, apesar das flagrantes contradições e dos limites concretos ao projeto dos trabalhadores, é possível afirmar que o país vive uma situação singular no que tange ao alargamento da consciência sobre o direito à educação no interior das populações do campo, com destaque para aquelas vinculadas à organizações coletivas.

Ainda segundo Caldart (2010), verifica-se no debate e na materialização da política pública de Educação do Campo o fortalecimento da lógica do sistema em geral, o que tende a acarretar a diminuição do conteúdo emancipatório originário que a caracteriza e o aumento da dimensão regulatória como forma de enquadrar as demandas contra hegemônicas dos movimentos sociais do campo na ordem hegemônica estabelecida.

Entretanto, constata a autora, soa incoerente com os fins políticos dos movimentos sociais que lutam por Educação do Campo conformar-se com a regulação do Estado, pois esta postura, consequentemente, pode incidir na despolitização de suas bases de atuação. Para Caldart, portanto,

Se os Movimentos Sociais entenderem a Educação do Campo somente na sua dimensão de Política Pública e de educação escolar e continuarem a pressão, mas apenas pelo direito, recuando na disputa pelo conteúdo da

política e pela concepção de campo e de educação, estarão abrindo mão da identidade que ajudaram a construir e estarão eliminando a contradição pelo pólo da educação rural modernizada (CALDART: 2010 p. 123).

O processo regulatório promovido pelo Estado, em diferentes níveis, embora não imune ao protagonismo dos movimentos sociais, tem consolidado, em muitas situações, uma visão superficial da Educação do Campo. Com alguma facilidade é possível perceber que a interiorização do conceito nos sistemas de educação, pouco carrega a materialidade de origem que marca o projeto político e pedagógico da Educação do Campo. Em alguns casos, verifica-se uma quase-banalização do conceito, quando este simplesmente substitui a denominação anterior, Educação Rural, agora fora de moda. Em outros, entretanto, devido à ação de sujeitos, que viam academia ou movimentos sociais, experimentaram algum debate recente sobre a educação dos povos do campo como direito, enxerga-se lampejos de Educação do Campo em práticas escolares ainda profundamente marcadas pela precariedade estrutural e pedagógica, bem como pelo distanciamento das questões que envolvem o local e seu desenvolvimento.

Como bem observa Hage (2014) o processo de regulação tem estreitado o espaço de disputa entre concepções de educação e de formulação e horizontes da política, fato que cobra maior atenção e cuidado, fundamentação e articulação dos sujeitos e seus movimentos, no sentido de demandar políticas educacionais estruturantes por parte do Estado, de caráter emancipatório e contra-hegemônico, capazes de contribuir para a formação de uma nova aliança de classe, entre trabalhadores do campo e da cidade, em nível nacional e internacional, contra o capital, e que afirme as lutas das populações do campo por *Terra, Território e Dignidade*, assumindo a reforma agrária como bandeira unitária dos trabalhadores e trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas.

Considerações Conclusivas

Entre avanços e recuos, os sujeitos do campo e seus movimentos têm travado bravamente o bom combate pelo direito à educação. Com autonomia e uma persistente ação propositiva os movimentos sociais demandam do Estado políticas educacionais comprometidas com outro modelo de desenvolvimento do campo e com uma pedagogia que respeite e valorize as diversas experiências pedagógicas há anos postas em prática por várias organizações sociais ligadas aos trabalhadores do campo.

No processo de regulação das políticas educacionais voltadas aos povos do campo desenvolvidas pelo Estado nos últimos anos, marcado pela contradição e pelo conflito, mostra-se nitidamente visível a interferência de sujeitos individuais e coletivos que militam no movimento da educação do campo. A própria categoria “Educação do Campo”, cunhada a partir das reflexões sobre as experiências pedagógicas e políticas dos movimentos sociais em contraposição a expressão “Educação Rural”, atrelada a concepção de campo como lugar do atraso, passa a ser incorporada nos documentos normativos e nas políticas educacionais pelo protagonismo dos sujeitos do campo. O mesmo pode ser observado com relação à Pedagogia da Alternância, que experimentada pelas organizações populares do campo há décadas, mas invisibilizada na legislação e nas políticas públicas passa a ser reconhecida pelo Parecer CNE/CEB nº 1/2006 e torna-se referência pedagógica na maioria dos programas e projetos colocados em prática nos últimos anos.

Sendo o Estado um espaço de condensação das disputas próprias da sociedade de classes, as políticas públicas por ele desenvolvidas refletem as lutas por projetos políticos existentes na sociedade e, por isso, são permeadas por contradições e oposições que marcam o período

histórico em que se materializam. Aos que se posicionam no interior do movimento que luta por educação pública como direito a população do campo, cabe compreender os conflitos e contradições contemporâneos e a definição de estratégias que possam fortalecer os interesses dos trabalhadores do campo.

Bibliografia

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, jan/jun, 2003.

BARROSO, João. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas.** Educ. Soc. [online]. 2005, vol.26, n.92, pp. 725-751.

CALDART, Roseli. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: Mônica Molina (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010.

II CNEC. **Por uma Política Pública de Educação do Campo.** Texto Base – da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Luziânia – GO. 2004.

FERNANDES, Bernardes Mançano. Por uma Educação do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília/DF: Articulação Por uma Educação do Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 2).

FONEC. **Carta de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo.** Brasília: ago. 2010. (Digitalizado)

_____. **Notas para análise do momento atual da educação do campo.** Seminário Nacional, BSB, 15 a 17 ago. 2012. (Digitalizado)

Fórum Paraense de Educação do Campo e Desenvolvimento da Amazônia (FPEC). **Carta de Belém.** 2004. Disponível em: http://www.educampoparaense.org/quem_somos/fpec/apresentacao.php. Acesso 03/2008.

Fórum Paraense de Educação do Campo. **Manifesto do III Seminário Estadual de Educação e I Seminário Estadual de Juventude do Campo, da Floresta e das Águas da Amazônia Paraense.** Ananindeu-Pará, Junho de 2007. (Digitalizado)

GEPERUAZ. **Relatório conclusivo da pesquisa “Currículo e Inovação: transgredindo o paradigma multisseriado nas escolas do campo na Amazônia”,** apresentado ao CNPq. Belém-PA, 2007.

_____. **Relatório conclusivo da pesquisa “Políticas de nucleação e transporte escolar: construindo indicadores de qualidade da educação básica nas escolas do campo da Amazônia”,** apresentado ao CNPq. Belém-PA, 2010.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior.** Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1018/319> Acesso em: 22/05/2014.

HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará. 1ª Ed. Belém 2005.

HAGE, Salomão; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Orgs.). **Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

INEP. **Sinopses Estatísticas: Pesquisa Nacional de Educação na reforma agrária**. PNERA, 2005.

INEP. MEC. **Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC.

MAROY, Christian. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In: Dalila A. Oliveira & Adriana Duarte (Orgs.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

MOLINA, Mônica. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de educação do campo. In: Mônica Molina (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: Dalila A. Oliveira & Adriana Duarte (Orgs.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

